

Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 5 - 30 de março de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- Protecionismo no G20 e a reunião de Londres... 1
 Crise alimentar persiste em meio à turbulência econômica..... 3

NOTÍCIAS REGIONAIS

- CEPAL e Banco Mundial alertam sobre riscos econômicos das mudanças climáticas na América Latina e Caribe 5
 OIT e Banco Mundial recomendam aumento de gastos sociais como resposta à crise 7

BREVES MULTILATERAIS

- Lula pressiona Obama para continuação da Rodada Doha 8
 China e EUA acatam decisão ambígua em disputa sobre pirataria..... 9

BREVES REGIONAIS

- Parceria Brasil-Alemanha realiza evento sobre tecnologias sustentáveis em São Paulo..... 10
 Angola avança em direção à produção de biocombustíveis 11
 México estabelece represálias contra EUA por cancelamento de programa para caminhões 12

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais 13
 Fóruns Regionais 14
 Informações Úteis 15

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Protecionismo no G20 e a reunião de Londres

No mês passado, o Banco Mundial divulgou um estudo intitulado *Proteção ao Comércio: tendências incipientes, mas preocupantes*, no qual apontou para o aumento do protecionismo em 17 países do G20. Desde o início da crise, 78 medidas restritivas teriam sido adotadas por diversos países, incluindo os pertencentes ao grupo.

O relatório traçou uma linha divisória entre a conduta dos países em desenvolvimento (PEDs), que implementaram uma variedade de barreiras comerciais – aumento de tarifas de importação, subsídios e restrição à importação –, e dos países desenvolvidos (PDs), cujas políticas de subsídios totalizam US\$ 48 bilhões, dos quais US\$ 17,4 bilhões são destinados somente a três empresas estadunidenses. Não obstante, Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, China, França, Itália, Reino Unido e Suécia também teriam fornecido, por vias diretas ou indiretas, subsídios às suas empresas.

Destacam-se, ainda, os preocupantes efeitos dos subsídios dos PDs sobre o setor agrícola de PEDs da África, América Latina e Ásia, assim como a crescente restrição e rejeição aos trabalhadores estrangeiros observada na Europa. No final do documento, faz-se um convite ao G20 para que empreenda esforços no sentido da retomada e conclusão da Rodada Doha. Para o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, a prioridade é impedir o isolacionismo econômico, que pode resultar em uma espiral de agravamento de uma situação já deteriorada, a exemplo do que ocorreu na crise de 1930.

A perspectiva de retração no comércio mundial em 9% em 2009, anunciada na semana passada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), também reforça a necessidade de combate ao

protecionismo. De acordo com o Diretor-Geral da Organização, Pascal Lamy, “o uso de medidas protecionistas está em alta. Há um crescente risco de que tais medidas travem o mecanismo de recuperação. Nós devemos estar atentos porque sabemos que a restrição às importações resultará apenas em ações e restrições a exportações de parte à parte. O comércio pode ser uma poderosa ferramenta para erguer o mundo dessa estagnação econômica”.

Reunião de cúpula do G20

A reunião que se inicia em 2 de abril em Londres ocorrerá em meio a uma série de tensões e expectativas geradas pelo agravamento da crise e a deterioração do comércio. O encontro reunirá os líderes das 20 maiores economias do mundo com vistas à elaboração de uma estratégia conjunta para mitigar os danos provocados pela crise e à reestruturação do sistema financeiro mundial.

A agenda do evento está disponível no site da *London Summit*, e enumera como pontos para discussão: (i) medidas para estabilização dos mercados financeiros e superação da recessão global pelas famílias e empresas; (ii) fortalecimento dos sistemas financeiro e econômico mundiais para que a segurança e confiança sejam restauradas; e (iii) restauração da economia ao funcionamento pleno, com ênfase no crescimento sustentável.

Embora haja consenso entre os líderes do G20 quanto aos objetivos, restam dúvidas sobre os meios para atingi-los. Algumas propostas são comuns a todos, a exemplo do fortalecimento do sistema financeiro mundial, da necessidade de cooperação entre PEDs e PDs para a mitigação dos efeitos da crise e a modificação dos padrões regulatórios para funcionamento dos mercados e instituições financeiras. Os primeiros dilemas começam a surgir com a redefinição dos papéis e das responsabilidades dos envolvidos, a difícil fixação das condições para a atuação de cada país e o aumento do vulto econômico do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Afinidades e dissensos no grupo

Liderança nas reformas e restrição a pacotes de estímulo fiscal: essa é a essência do programa

endossado pela União Europeia (UE), cujos representantes se reuniram em Bruxelas para elaborar uma proposta conjunta para a reunião. Embora apenas quatro nações europeias mais a República Tcheca – que preside o Conselho da UE – tenham participado do encontro, o objetivo desse alinhamento é dar “voz única ao bloco” em meio a um cenário de incertezas.

Anteriormente, Gordon Brown, Primeiro Ministro da Inglaterra, e Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) haviam tentado orquestrar um pré-consenso, o qual foi enfaticamente rejeitado pelas duas maiores economias do bloco – Alemanha e França –, ambas relutantes quanto à aplicação de medidas fiscais adicionais para estímulo da demanda. A Alemanha adotou um pacote de estímulo à economia equivalente a 4,2% de seu Produto Interno Bruto (PIB); a França, por sua vez, fechou um pacote de € 26 bilhões. O bloco como um todo comprometeu 3,3% do seu PIB com medidas anti-recessão, fato que para muitos economistas ensejaria maior parcimônia nas negociações.

Já Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), a princípio atuando conjuntamente, emitiram, em 14 de março, um comunicado em que conclamam as nações a rechaçarem o protecionismo e a garantirem maior participação no FMI. À medida que se aproxima a reunião, alguns especialistas apontam para a tendência de discórdias entre os países BRIC, tendo em vista o distanciamento da China, que tem se afirmado como liderança econômica. Em relatório recente, o presidente do banco central chinês, Zhou Xiaochuan, sugere a substituição do dólar por uma nova moeda de reserva internacional desvinculada, proposta inusitada que foi apoiada pela Rússia e encontrou forte resistência por parte do Tesouro estadunidense e do *Federal Reserve*.

O Brasil, por sua vez, formou aliança com os EUA para, nas palavras do Presidente Lula “debater que tipo de regulamentação financeira será necessária, como serão reconstituídos os fluxos de crédito internacional e como aportar mais recursos em instituições multilaterais para financiar os PEDs”. Em 14 de março, Barack Obama e Lula reuniram-se em Washington para formação de agenda conjunta (ver, neste número,

“Lula pressiona Obama para continuação da Rodada Doha”). Dentre os assuntos discutidos pelas duas equipes, constaram a redução da ingerência dos PDs nos PEDs, políticas de desenvolvimento para a América Latina, medidas para restauração do crédito e da confiança, pacotes de estímulo à economia, a retomada da Rodada Doha – considerada pelo Presidente Lula uma saída para a crise –, biocombustíveis e o fim do bloqueio a Cuba.

Pascal Lamy considera o encontro crucial, já que “os líderes do G20 terão uma oportunidade única de se unirem e de passar do discurso à ação, bem como restringir qualquer medida protecionista que torne a recuperação global menos efetiva”. Somente em alguns dias, será conhecido o novo projeto de recuperação e reestruturação da economia e do sistema financeiro mundiais, isso se um consenso for alcançado.

Reportagem Equipe Pontes.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol 13, No. 10 - 18 mar. 2009.

Fontes consultadas:

Financial Times. *Brown seeks to build G20 consensus*. (23/03/2009). Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/b0e732e0-17f8-11de-8c9d-0000779fd2ac.html>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

London Summit. *What's the Summit for?*. (23/03/2009). Disponível em: <<http://www.londonsummit.gov.uk/en/summit-aims/>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

Spiegel Online. *Gearing-up for G20 conference*. (20/03/2009). Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/europe/0,1518,614446,00.html>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

Crise alimentar persiste em meio à turbulência econômica

A administração Obama empreenderá esforços com vistas a “corrigir o desequilíbrio” nas

negociações comerciais da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e lutará para incorporar exigências trabalhistas e ambientais mais rigorosas em acordos comerciais vigentes e futuros. Tais afirmações estão contidas em um relatório elaborado pela nova administração estadunidense, divulgado no último dia 2.

O documento intitulado *2009 Trade Policy Agenda and 2008 Annual Report* (disponível em: <<http://ictsd.net/downloads/2009/03/obama-trade-agenda.pdf>>) fornece um resumo das atuais políticas comerciais dos Estados Unidos da América (EUA) e ressalta as prioridades da nova administração em matérias que vão desde tratados de investimentos até acordos de livre comércio bilaterais, além da Rodada Doha.

Segundo o relatório, “A simples redução e eliminação de tarifas não produzirão uma política comercial bem sucedida”. São identificadas outras prioridades, tais como auxiliar os trabalhadores estadunidenses para que se adaptem às mudanças da economia mundial; ou ainda analisar os efeitos da liberalização comercial sobre os países em desenvolvimento (PEDs).

Alinhada com as promessas de campanha de Obama, a agenda comercial promete colocar temas ambientais e trabalhistas como pontos centrais na elaboração da política comercial dos EUA. O relatório não propõe, contudo, uma mudança drástica na abordagem destes temas; ao contrário, parece revelar que a nova administração se esforçará para incluir provisões ambientais e trabalhistas em acordos comerciais (vigentes e futuros), bem como para trabalhar, no nível multilateral, dentro dos limites das instituições existentes.

“Desequilíbrio” na OMC

O relatório deixa claro que a equipe de Obama terá um papel ativo e potencialmente controverso no plano multilateral. A administração estaria pronta a alcançar um acordo na Rodada Doha, segundo o relatório, mas apenas sob a condição de que os EUA obtenham mais concessões dos demais parceiros.

Os países em desenvolvimento (PEDs) deverão ser mais afetados que os demais pela combinação de efeitos da crise financeira – aumento de políticas protecionistas, contínuos subsídios em países desenvolvidos (PDs) e mudanças nos padrões de produção agrícola decorrentes das mudanças climáticas.

Em duas recentes reuniões sobre agricultura, especialistas concordaram com o fato de que a confluência dos fatores citados acima impediu a definição de uma solução duradoura para a crise global de alimentos.

A alta nos preços dos alimentos constituiu tema de destaque em 2008 (ver *Pontes Bimestral*, Vol. 4, No. 2, http://www.direitogv.com.br/subportais/publicaçõe/PB_4-2.pdf), mas estes preços têm diminuído e se encontram pouco acima dos níveis anteriores a abril.

Mesmo assim, a ausência de fortes vínculos com o mercado internacional de alguns produtores pode fazer com que estes não sintam os efeitos reais da queda nos preços. Em alguns casos, especialmente na África Subsaariana, os preços das principais *commodities* permanecem altos.

Expectativas de produção

Diversos analistas, inclusive aqueles da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), culpam a diminuição dos estoques de alimento pelo aumento dos preços no ano passado.

Apesar das leves melhoras no quadro dos alimentos, a FAO prevê que a produção de cereais em 2009 será ainda menor que em 2008. Exemplo disso são as previsões de que as colheitas de trigo de inverno na Argentina e em algumas partes da China devam ser reduzidas em 50%. A nível global, entretanto, haverá mais produção que consumo de cereais em 2009. Os estoques de cereais devem, portanto, voltar aos níveis de 2002 e servir assim de amortecedor para a volatilidade dos preços.

Até o ano passado, o trigo teve um papel importante na definição dos preços das *commodities*. Os níveis de produção diminuíram devido a

problemas de seca na Austrália e no Canadá, o que causou forte aumento de preços e, posteriormente, medidas restritivas ao comércio do cereal.

De acordo com análises, a produção total de trigo neste ano dependerá, em grande parte, das colheitas nos maiores exportadores como Canadá, Argentina e Austrália. De todo modo, especialistas preveem que o volume da produção em 2009 será inferior ao de 2008, ano em que se registrou recorde em produção.

Ademais, a seca em certas regiões na América do Sul e o aumento dos custos de plantio contribuem para a redução da produção de milho.

No que diz respeito ao arroz, alimento que apresentou alta de preços sem precedentes no ano passado, estima-se que sua produção deva crescer em 2009.

Tendências de longo prazo na demanda e na oferta

Os padrões de produção de longo prazo estão mudando. À medida que a renda e a população aumentam, cresce a demanda por alimentos. No entanto, isso não levará, necessariamente, ao aumento de preços verificado em 2008.

Enquanto isto, a agricultura se tornará impraticável em regiões do planeta que dependem das chuvas para irrigação do plantio devido à falta de água e ao aumento da frequência das secas. Apesar de não se poder atribuir as variações dos padrões de produção das colheitas às mudanças climáticas, especialistas como Josef Schmidhuber, da FAO, acreditam que as secas do ano passado podem ser um presságio das mudanças por vir.

Paul Krugman, ganhador do Prêmio Nobel de economia, afirmou, durante o Fórum para o Futuro da Agricultura, em Bruxelas, ter observado que, apesar da diminuição do ritmo do aumento populacional, o mundo poderia necessitar de uma nova “revolução verde”, termo atribuído a um conjunto de inovações agrícolas que permitiram, nas décadas de 1960 e 1970, aumento de produtividade nesse setor, com vistas a atender às crescentes demandas por alimentos.

Krugman alertou, ainda, para o fato de que as mudanças nos padrões existentes de produtividade agrícola afetarão mais duramente os PEDs.

Do lado da demanda, em países que apresentam altos níveis de crescimento populacional, por exemplo, a China, o consumo de leite aumentou em sete vezes e o de óleo vegetal, em duas vezes. O consumo de proteína animal, como frango e carne, também aumentou substancialmente. Além disso, alguns produtos específicos, tais como o vinho, tiveram seu consumo quadruplicado.

Os drásticos aumentos na demanda não poderão ser supridos pela atual capacidade de produção. É muito provável que a quantidade de terras disponível, a produção agrícola e a disponibilidade de outros insumos para bens agrícolas não duplique ou quadruple em um futuro próximo. No entanto, espera-se que os padrões de consumo e a demanda para tais produtos agrícolas aumentem.

Tendências nas políticas comerciais

Políticas comerciais restritivas também têm sido acusadas de contribuir para a alta nos preços dos alimentos. Durante a Cúpula da Reuters, o Gerente Geral do Banco Mundial, Ngozi Okonjo-Iweala, desafiou os PDs a resistirem à imposição de medidas protecionistas e afirmou que o mundo deve deixar suas fronteiras abertas e sair da crise por meio do comércio.

O Banco Mundial publicou recentemente um estudo que alerta para o fato de que as políticas protecionistas têm aumentado em meio à crise financeira (ver neste número “Protecionismo no G20 e a reunião de Londres”). Segundo o relatório, 17 integrantes do Grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo têm adotado medidas de restrição ao comércio desde novembro passado, embora o grupo tenha se comprometido a resistir a tais políticas previamente. Além disso, de acordo com a FAO, 67 países, incluindo os Membros da União Europeia (UE), implementaram novas medidas de restrição do comércio em agricultura ao final de 2008 com o objetivo de limitar o impacto da alta dos preços dos alimentos.

O estudo relata que a China proibiu importações de certos bens agrícolas europeus. O Equador, por sua vez, aumentou entre 5 e 20% suas tarifas de importação para aproximadamente 600 produtos. Também, a Indonésia solicitou que todos os itens alimentícios, assim como outros produtos, passassem por cinco portos e aeroportos selecionados.

Apesar das críticas de exportadores agrícolas, a UE introduziu, nos últimos meses, novos subsídios para alguns laticínios. Alguns PEDs como China e Índia também aumentaram o valor pago aos agricultores por certas colheitas, entretanto, o efeito de tais medidas é pequeno em comparação às medidas impostas pelos grandes subsidiadores.

Durante a cúpula em Bruxelas, Franz Fischler, ex-Comissário Europeu para agricultura, chamou atenção para a necessidade de proteção ambiental e segurança alimentar global. Fischler ressaltou que a Europa é claramente autossuficiente e que tem a responsabilidade de ajudar a reduzir o número de pessoas em situação de fome no mundo – cerca de um bilhão.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 11 - 25 mar. 2009.

NOTÍCIAS REGIONAIS

CEPAL e Banco Mundial alertam sobre riscos econômicos das mudanças climáticas na América Latina e Caribe

O mais recente informe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), intitulado *Mudanças Climáticas e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe*, enfatiza as consequências econômicas das mudanças climáticas que, com alta probabilidade, serão enfrentadas pela América Latina e pelo Caribe. No entanto, também destaca oportunidades à transformação no sentido de um desenvolvimento

mais limpo e uma distribuição adequada dos custos.

Adaptação e mitigação impostergáveis

O relatório, divulgado em 11 de março, considera “adaptação” um conjunto de ações nas quais os setores público e privado deveriam, necessariamente, começar a dar passos cada vez mais contundentes para lograr distribuir melhor os custos relacionados. Contudo, assinala como uma importante barreira atual a esses processos a continuidade de noções como a de um futuro próspero graças à tecnologia, razão que levaria a considerar inoportunos e desnecessários os investimentos em adaptação sob o ponto de vista econômico. Em outras palavras, os custos gerados pela adaptação às mudanças climáticas são muito mais claros que os benefícios que poderiam ser obtidos, os quais são enxergados como difusos ou incertos.

Enquanto isto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto oferece oportunidades para a conservação de matas e solos, o reflorestamento e a reorganização do transporte público urbano. Segundo o informe da CEPAL, a América Latina e o Caribe respondem por 11,7% das emissões de gases de efeito estufa no mundo. Cabe ressaltar que 70% desta parcela correspondem a somente cinco países: México, Brasil, Argentina, Venezuela e Colômbia.

No contexto internacional, o relatório destaca que, embora a região não tenha sido incluída nos compromissos do Protocolo de Quioto, é bastante provável que, após 2012, países como Brasil e México devam assumir algum tipo de obrigação.

Comércio internacional na mira

A relação entre mudanças climáticas e comércio internacional é abordada pela América Latina e pelo Caribe, primordialmente, sob o ponto de vista reativo. Isso porque a exportação de produtos desta região, com alta carga de emissões de gases de efeito estufa em sua produção e transporte, poderia colidir com restrições nos países desenvolvidos (PDs), uma vez que estes já tomaram ou consideram adotar medidas de mitigação.

Associada a esta situação, está a de setores exportadores dos países com compromissos ambientais que veem diminuída sua capacidade de concorrência pela existência de produtores radicados em países com exigências mais flexíveis. Nesse sentido, é pertinente, no caso da América Latina e do Caribe, o conceito de fuga de carbono, que consiste na recepção de investimento estrangeiro em “produção não limpa” por parte de setores que buscam escapar das fortes regulações em seu país de origem. Como resultado, a região poderia produzir poucos avanços no desenvolvimento de uma produção mais limpa e teria dificuldades ambientais, comerciais e econômicas relacionadas.

Outras mudanças que poderiam ser esperadas em uma etapa pós-Quito são: a inclusão sistemática de restrições ao comércio internacional devido às emissões de gases de efeito estufa; a qualificação de setores como altamente emissores independentemente do país de operação; ou a inclusão de impostos nacionais e internacionais ao teor de carbono dos combustíveis fósseis.

O relatório sugere, ainda, que estar a par dessas projeções deve servir para que a região se prepare para aproveitar os desafios implicados nos processos de adaptação e mitigação de mudanças climáticas, por exemplo, regulando o investimento estrangeiro para obrigar uma produção mais limpa e incorporando conceitos como a contabilidade do carbono em diversos ciclos de vida dos produtos (produção, transporte e consumo).

Neste sentido, é muito importante que a região defina o papel que pode assumir na coordenação entre os países. De acordo com o informe, até o momento, a região não revelou voz própria nas negociações sobre mudanças climáticas. Para tal, o relatório da CEPAL insta a região a melhorar os processos de coordenação nos fóruns internacionais, bem como no que diz respeito às políticas públicas.

Banco Mundial recomenda adaptação

Paralelamente ao relatório da CEPAL, o Banco Mundial publicou um estudo intitulado *Desenvolvimento com menos Carbono: respostas latino-americanas ao desafio das mudanças climáticas*, o qual coincide com as solicitações da CEPAL e enfatiza

que as medidas de adaptação devem apresentar uma política integral de desenvolvimento, motivo pelo qual podem ser assumidas “sem arrependimentos”. Ademais, explica que a América Latina possui potencial para se beneficiar e favorecer o mundo no tema da mitigação, tomando como exemplos a preservação dos recursos florestais, as fontes de energia renováveis e os biocombustíveis ambientalmente sustentáveis.

Estudos científicos destacam consequências mais graves às mudanças climáticas

As recomendações da CEPAL e do Banco Mundial foram publicadas em momentos em que novos estudos científicos revelam que os efeitos das mudanças climáticas serão piores do que se imaginava até o presente. Os novos descobrimentos nessa temática foram divulgados no Congresso Científico Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizado entre 10 e 12 de março, em Copenhague, Dinamarca.

No que diz respeito especificamente ao aumento no nível dos oceanos – estimado em um metro para finais do século XXI – e à devastação dos bosques devido à elevação das temperaturas, os especialistas classificaram os dados como alarmantes. O primeiro dos fenômenos mencionados produzirá a inundação das áreas povoadas localizadas ao nível do mar, o que representa 10% da população mundial – 600 milhões de pessoas. De outro lado, a destruição de árvores terá como uma de suas principais consequências a conversão dos bosques, consumidores naturais de carbono, em produtores de carbono.

Esses dados são de extrema relevância para a América Latina e o Caribe, porque tais regiões contam com muitas populações costeiras, consideradas especialmente vulneráveis – particularmente as das pequenas ilhas –, pois suas economias se baseiam consideravelmente na atividade agrícola –, muito condicionada pelas variações climáticas – e porque possuem importantes áreas de florestas tropicais.

A resenha do informe da CEPAL pode ser consultada em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/35435/W-232.pdf>. O estudo elaborado pelo Banco

Mundial, por sua vez, está disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTLACINS/PANISH/Resources/17920_LowCarbonHighGrowth_Spanish.pdf.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quinzenal*, Vol. 6, No. 5 - 24 mar. 2009.

OIT e Banco Mundial recomendam aumento de gastos sociais como resposta à crise

Em relatório divulgado na última semana, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) afirmou que a ampliação do Programa Bolsa-Família pode contribuir para reduzir os impactos da crise econômica mundial no Brasil. Em sintonia com a apreensão manifestada por autoridades internacionais acerca dos impactos sociais da crise econômica na América Latina, o relatório recomenda que os governos da região aumentem gastos sociais como forma de estímulo econômico para a superação da crise.

Os indicadores sociais delineados até o instante são preocupantes: segundo estudo do Banco Mundial, em 2009, a crise econômica vai aumentar em 6 milhões o número de indivíduos considerados pobres na América Latina. Segundo dados da OIT, a crise econômica poderá implicar em aumento na taxa global de desemprego para 7,1% em 2009, comparativamente às taxas de 6% e 5,7% registradas nos dois anos anteriores. Caso as projeções sejam confirmadas, o número de desempregados chegaria a quase 230 milhões, dentre os quais 23 milhões apenas na América Latina.

Diante deste contexto, o Diretor do Banco Mundial para Política Econômica e Programas de Redução da Pobreza na América Latina e no Caribe, Marcelo Giugale, sustenta que a resposta a ser dada pelos países da região não pode ser a mesma dos países desenvolvidos (PDs). Para ele, deve haver especial preocupação com os “custos sociais irreversíveis da crise”, como a má nutrição, o abandono escolar e o fraco atendimento médico. Mesmo ressaltando que os países deverão redobrar o cuidado para que os recentes avanços

macroeconômicos – como o controle da inflação e o equilíbrio das contas públicas – não sejam perdidos, Giugale enfatiza que o estímulo à recuperação econômica não poderá se restringir aos âmbitos fiscal e monetário: deve cobrir também o social.

Giugale sustenta que os custos dos programas sociais são relativamente baixos, em relação aos benefícios que proporcionam. Enquanto os governos latino-americanos gastam entre 5 a 10% do PIB em subsídios, programas como o Bolsa Família respondem por apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Tais gastos trariam, contudo, benefícios a toda a economia: “Os pobres têm propensão a consumir mais do que os ricos porque têm necessidades insatisfeitas. O impacto na demanda agregada de focalizar gastos públicos nos pobres é maior e mais rápido”, acrescentou Giugale.

Nesse mesmo sentido, o relatório elaborado pela OIT – intitulado *Bolsa Família no Brasil: análise, conceito e impactos* – constata que o dinheiro recebido pelas famílias contempladas é utilizado principalmente na compra de bens de primeira necessidade, como alimentos, roupas e material escolar, de modo que o programa exerceria efeito direto sobre a demanda destes bens. A OIT entende que o Bolsa Família desempenha importante papel anticíclico, na medida em que promove o comércio e o desenvolvimento locais.

Para além de seus efeitos econômicos, a OIT estima que 25% da redução da pobreza extrema no Brasil podem ser atribuídos ao Bolsa Família, além de benefícios sociais indiretos como a queda da mortalidade e desnutrição infantis, a emancipação da mulher e a diminuição da violência conjugal.

Reportagem equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Valor Econômico. *Bird quer ação anticrise com foco social na AL*. (10/03/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=554636>. Acesso em: 27 mar. 2009.

BBC Brasil. *Bolsa Família pode diminuir impacto da crise, diz OIT*. (18/03/09). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/servicos/2009/03/090318_bolsafamiliaoitad.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2009.

BBC Brasil. *OIT: Crise pode gerar 50 milhões de desempregados*. (28/01/09). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/01/090128_oitdesemprego_tc2.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2009.

BREVES MULTILATERAIS

Lula pressiona Obama para continuação da Rodada Doha

O Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro líder latino-americano a visitar Barack Obama, seu contra-parte nos Estados Unidos da América (EUA). Lula viajou a Washington no dia 14 de março e debateu temas como a crise financeira e o comércio internacional, notadamente as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Durante a reunião com Obama, o Presidente brasileiro insistiu na necessidade de se dar impulso às negociações da Rodada Doha.

“Nós precisamos deixar claro que o protecionismo pode oferecer algum alívio no curto prazo, mas, no médio prazo, pode causar um desastre na economia mundial”, afirmou Lula. “O Brasil é contra o retorno do protecionismo”.

Há tempos, o Brasil – décima maior economia e o maior exportador agrícola mundial – tem pressionado pela conclusão da Rodada Doha, porém, a administração Obama não tem se mostrado tão enfática no apoio a um acordo que defina cortes nos subsídios e nas tarifas.

O Presidente estadunidense, por outro lado, enfatizou as dificuldades que se impõem aos EUA para a finalização de uma série de acordos comerciais em meio à crise econômica atual. No entanto, segundo Obama, os EUA estão “comprometidos a sentar com nossos parceiros

brasileiros para encontrar meios de estreitar a lacuna da Rodada de Doha e de outros potenciais acordos de comércio”.

Os líderes também discutiram a produção de etanol, considerada por Obama “uma fonte de tensão entre os dois países”. Os EUA aplicam tarifa de US\$ 0,14 por litro (US\$ 0,54 por galão) sobre as importações de biocombustíveis, medida apontada pelos críticos como protecionista, na medida em que tem como propósito favorecer os produtores de milho estadunidenses. No ano passado, o Brasil ameaçou levar a questão das tarifas ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, 4 set. 2008, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/27688/>>). Até o momento, contudo, nenhuma consulta foi solicitada.

“Não haverá mudanças da noite para o dia, mas eu realmente acredito que, se trabalharmos na troca de ideias, no comércio e nas negociações em torno do tema do biodiesel, com o tempo, as fontes de tensão serão resolvidas”, afirmou Obama. Os EUA são o maior produtor de biocombustíveis do mundo, enquanto o Brasil é o maior exportador.

Após a reunião com o Presidente estadunidense, Lula viajou a Nova York, onde se encontrou com empresários.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol 13, No. 10 - 18 mar. 2009.

China e EUA acatam decisão ambígua em disputa sobre pirataria

China e Estados Unidos da América (EUA) acataram oficialmente a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) em uma disputa sobre pirataria lançada por Washington contra Pequim há dois anos. Em pronunciamento de 20 de março perante o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), ambos os países declaram não ter intenção em apelar da decisão.

No pronunciamento final, divulgado em janeiro, o OSC entendeu que alguns aspectos da lei chinesa

que regula as proteções de propriedade intelectual (PI) são inconsistentes com as regras multilaterais de comércio (Ver *Bridges Weekly News Trade Digest*, Vol. 13, N. 3 - 28 jan. 2009, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/38830/>>). Porém, Washington sustenta que Pequim estabelece parâmetros mínimos muito elevados para punir via processo criminal violações aos direitos de PI. Segundo o painel, tal alegação não foi comprovada.

O anúncio do veredito provocou manifestações de satisfação em ambos os lados. Ron Kirk, recém-empossado Representante Comercial dos EUA, afirmou: “Hoje, os Membros da OMC concordaram que a China deve adaptar seu regime de implementação dos direitos de PI às regras da Organização”. O oficial – que prometeu aos legisladores estadunidenses adotar postura incisiva em relação ao cumprimento da lei comercial – reconheceu que a China tem revelado disposição em obedecer às obrigações multilaterais.

Pequim, por sua vez, insistiu que a decisão fora notoriamente favorável à China. Segundo a agência Reuters, Yao Jin, porta-voz do Ministro de Comércio chinês, declarou que a sentença havia refutado a maior parte das alegações estadunidenses e considerado adequado o sistema de PI da China.

O anúncio do veredito marcou o fim de uma disputa acompanhada com interesse pelas empresas de filmes, música, *software* e publicidade estadunidenses, que reclamam sofrer prejuízos da ordem de milhões de dólares causados pela pirataria chinesa. Três dessas reclamações foram citadas pelos EUA em suas consultas iniciais, em abril de 2007 (Ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 2, N. 3 - 23 abr. 2007, <<http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/5394/>>), mas apenas duas foram acatadas pelo OSC.

Mais precisamente, o Órgão concordou que Pequim não tinha razão ao negar a proteção dos direitos de reprodução a materiais como artigos musicais e DVDs não aprovados pela censura chinesa. A Organização replicou que as provisões transgrediam o Acordo sobre Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês), bem como o artigo 5 da Convenção de Berna, os quais exigem

que os países concedam aos autores estrangeiros proteção equivalente às conferidas aos nacionais.

A entidade multilateral também acolheu a alegação estadunidense de que as regras chinesas acerca do destino das importações que reproduzem marcas violam o artigo 46 do TRIPS. O dispositivo estabelece que, afora casos excepcionais, os países não podem simplesmente remover os logotipos dos produtos falsificados, e então liberá-los ao mercado.

No entanto, a OMC não acolheu a mais séria alegação de Washington: a de que Pequim estipula parâmetros muito altos para punir com processo criminal violações dos direitos de PI. Segundo os EUA, tal condescendência por parte da China tem permitido o comércio em larga escala de filmes e música pirateados. Porém, a OMC não se convenceu da legitimidade desta tese. Em seu relatório final, o OSC entendeu que os EUA não lograram provar que os patamares mínimos estipulados pela China estão em desconformidade com as obrigações do país perante a OMC.

Após a aceitação da decisão, resta saber como a China moldará sua legislação de PI de forma a obedecer as regras da OMC. Em declaração oficial, os representantes da China afirmaram que o país examinará minuciosamente o relatório e então informará ao OSC sua intenção a respeito da implementação.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 11 - 25 mar. 2009.

BREVES REGIONAIS

Parceria Brasil-Alemanha realiza evento sobre tecnologias sustentáveis em São Paulo

Entre os dias 12 e 15 de março realizou-se, em São Paulo, a Ecogerma 2009, feira e congresso sobre os mercados brasileiro e alemão de tecnologias sustentáveis. O evento, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-

Alemanha, com apoio do governo de ambos os países e de uma série de empresas alemãs instaladas no Brasil, teve por objetivo a apresentação de temas relacionados à pesquisa de tecnologias sustentáveis e a proteção do meio-ambiente. As exposições do evento envolviam temas como energias renováveis, biocombustíveis, bioenergia, eficiência energética, planejamento urbano, ecofinanças, entre outros. A iniciativa pode ser considerada bem-sucedida, na medida em que resultou na participação de mais de 150 palestrantes e 32 mil visitantes. No contexto da Ecogerma, Ministros de ambos os países firmaram dois acordos de cooperação na área de sustentabilidade. O primeiro destes versa sobre o apoio à pesquisa e inovação no campo do desenvolvimento sustentável, enquanto o segundo visa à viabilização da construção de cinco torres para o monitoramento das mudanças climáticas na região da Floresta Amazônica. Segundo Dr. Rolf-Dieter Acker, presidente da Câmara Brasil-Alemanha, “O evento fortaleceu as relações bilaterais entre Brasil e Alemanha e lapidou um eixo da sustentabilidade entre os dois países. Os resultados foram surpreendentes em vários níveis, pois a feira proporcionou às várias instituições alemãs de pesquisa uma melhor visão sobre o Brasil. Elas estão muito interessadas no País e os contatos realizados durante a Ecogerma contribuirão de modo significativo para o diálogo de cooperação”. Estima-se que o evento gerará R\$ 200 milhões em negócios e parcerias nos próximos anos.

A Alemanha vê o Brasil como parceiro potencial no desenvolvimento de tecnologias verdes: enquanto este oferece recursos naturais e necessita de projetos inovadores neste campo, as empresas alemãs possuem tecnologia e *know-how*. Ademais, o mercado brasileiro tem grande potencial de crescimento no setor, como concluiu o levantamento feito pela consultoria Roland Berger.

Estudo da Roland Berger trata de tecnologias sustentáveis no Brasil

O estudo intitulado *Tecnologias sustentáveis no Brasil*, realizado pela consultoria alemã Roland Berger e divulgado na Ecogerma no último dia 12 mapeou o tamanho da indústria ambiental no Brasil e o seu potencial de expansão para a próxima década.

Segundo o levantamento, o mercado em questão movimentava US\$ 17 bilhões atualmente, com potencial de crescimento de 5 a 7% ao ano. Em 2020, deve chegar a US\$ 25,4 bilhões. Apesar da crise econômica mundial, no biênio 2009-2010 somente 27% das empresas brasileiras reduzirão os investimentos em tecnologias verdes, o que mostra o fortalecimento do setor no país.

No entanto, o estudo concluiu que mais da metade das empresas nacionais (54%) ainda investem apenas 1% ou menos de sua receita em tecnologias sustentáveis, percentagem esta inferior à média internacional de cerca de 2%. Atualmente, o maior desenvolvimento do setor esbarra nos altos preços das tecnologias verdes, determinados pela reduzida oferta interna e pelo difícil acesso a mercados de importação. A falta de informações e a ausência de linhas especiais de financiamento, bem como de incentivos governamentais, também constituem óbice ao desenvolvimento do setor.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Ecogerma. *Ecogerma 2009 – Feira e Congresso sobre o mercado de tecnologias sustentáveis no Brasil e na Alemanha*. (12/03/2009). Disponível em: <<http://www.ecogerma.com/ecogerma/portugues/s/index.asp?NoCache=RCKGHHMKENH>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

Ecogerma. *Tecnologias Sustentáveis no Brasil*. (12/03/2009). Disponível em: <<http://www.ecogerma.com/ecogerma/Imprensa/wp-content/uploads/2009/03/roland-berger-coletiva-de-imprensa-12mar09.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

Ecogerma. *Ecogerma 2009 supera expectativas*. (19/03/2009). Disponível em: <http://www.ecogerma.com/ecogerma/Imprensa/wp-content/uploads/2009/03/release-pas-ecogerma_190309.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2009.

O Estado de São Paulo. *Empresa nacional investe menos em meio ambiente*. (18/03/2009). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090318/not_imp340615,0.php>. Acesso em: 18 mar. 2009.

Portal do Ministério de Ciência e Tecnologia. *Brasil e Alemanha estreitam relações na área ambiental*. (13/03/2009). Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/300277.html>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

Revista Sustentabilidade. *Ecogerma: Tecnologias sustentáveis são a saída para a crise*. (17/03/2009). Disponível em: <<http://www.revistasustentabilidade.com.br/s02/pesquisa-e-inocacao/crise-mundial-oportunidade-de-promover-a-sustentabilidade-nas-industrias/?sea>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

Angola avança em direção à produção de biocombustíveis

Angola não integra, até o presente, o grupo de países produtores de biocombustíveis. A fim de reverter esse quadro, o governo angolano estuda a aprovação de uma lei para promover o desenvolvimento do setor, além de realizar incentivos e investimentos estatais em infraestrutura. Um importante passo nessa direção foi o lançamento de um projeto para a construção de uma usina voltada à produção de etanol, açúcar e bioeletricidade. A unidade será instalada em Acuso, município da província angolana de Malanje.

O plano prevê a ocupação de 30 mil hectares para o cultivo de cana-de-açúcar e o investimento de US\$ 258 milhões. O projeto constitui uma iniciativa da Companhia de Bioenergia de Angola (BIOCOM), *joint venture* formada pela construtora brasileira Odebrecht, a estatal Sonangol e o grupo privado Damer, ambos angolanos.

Até 2012, data prevista para que a construção seja concluída, foi estipulada como meta de produtividade a geração de 30 milhões de litros de etanol, 250 mil toneladas de açúcar e 160 mil Megawatts/hora de bioeletricidade por ano. Inicialmente, a produção será direcionada ao abastecimento do mercado interno, porém a perspectiva é de que haja excedentes para exportação em médio prazo. A BIOCOM prevê, ainda, a instalação de outras unidades no país.

Além de participar da execução e gestão do projeto, o Brasil contribuirá com transferência de tecnologia, vez que o país possui décadas de experiência na produção de biocombustíveis. Eduardo Leão de Sousa, Diretor-Executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), ressalta que a participação de Angola no setor é promissora, pois além das condições agrícolas e climáticas propícias, sua localização geográfica favorece o escoamento da produção para a União Europeia (UE). Como ex-colônia de Portugal, Angola possui também preferência comercial, o que lhe confere a vantagem de exportar para o bloco sem sobretaxa. Leão de Sousa destacou, ainda, que a cooperação brasileira em termos de transferência de tecnologia não se restringe ao setor agrícola, mas deverá se estender ao automotivo, como no desenvolvimento de motores *flex-fuel*.

O projeto faz parte dos esforços do governo angolano para reduzir a dependência de açúcar importado e o consumo de combustíveis fósseis no país. Como a adoção do etanol como combustível permanece indefinida pelo governo, a atividade da usina será voltada inicialmente para a fabricação de açúcar. Contudo, as oportunidades geradas pela inclusão do etanol na matriz energética despertaram o interesse governamental e privado no país africano. Além da liberação da comercialização para abastecimento da frota de automóveis, o governo prepara um pacote legislativo para regular a produção de biocombustíveis. Segundo a Deputada angolana Emília Dias, a legislação aprovada deverá tomar em consideração preocupações de viés ambiental e social.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Governo da República de Angola – Ministério da Agricultura. *Biocombustíveis esperam legislação*. (30/01/2009). Disponível em: <<http://www.minagri.gov.ao/NoticiaD.aspx?Codigo=6307>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

Governo da República de Angola. *Angola prepara-se para produzir biocombustíveis*. (19/11/2008). Disponível em: <<http://www.angola-portal.ao/PortaldoSistema/NoticiaD.aspx?Codigo=5579>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

portal.ao/PortaldoSistema/NoticiaD.aspx?Codigo=5579>. Acesso em: 23 mar. 2009.

Governo de Angola - Portal das Empresas. *Bioenergia em Angola começa a funcionar em 2012*. (17/03/2009). Disponível em: <http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/index.php?option=com_content&task=view&id=1155&Itemid=65>. Acesso em: 23 mar. 2009.

União da Indústria de Cana-de-açúcar. *Produção de cana-de-açúcar abre espaço para energias renováveis em Angola*. (16/03/2009). Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7B86484478-8D75-4DC9-8BED-D348E4A1B701>>. Acesso em: 17 mar. 2009.

México estabelece represálias contra EUA por cancelamento de programa para caminhões

Oitenta e nove produtos estadunidenses tiveram, a partir de 19 de março, as suas tarifas aumentadas para ingressar no território mexicano. A medida tomada pelo México constitui uma resposta ao cancelamento do Projeto Demonstrativo de Transporte Transfronteiriço, decretado pelo Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) em 11 de março.

“Consideramos que esta ação dos EUA é equivocada, protecionista e viola claramente os termos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês para)”, afirmou o Secretário de Economia mexicano, Gerardo Ruiz Mateos.

Sobre a metade dos produtos constantes da lista publicada no *Diário Oficial do México* deverão incidir tarifas que variam entre 10 e 20% e, em alguns casos, tarifa de 45%. Estima-se que as represálias afetarão principalmente os Estados do Texas, Califórnia, Michigan, Washington e Oregon.

Oficiais mexicanos afirmam que a medida gerará perdas anuais aos EUA de cerca de US\$ 2.4 bilhões. A referida soma compensaria o descaso de que o México afirma ser vítima, em razão da decisão estadunidense que colocou fim ao livre

trânsito de caminhões mexicanos de carga em seu território. Isto apesar de o NAFTA estabelecer que os dois países deveriam, a partir de dezembro de 1995, abrir os estados fronteiriços aos transportadores, e todo o território a partir de janeiro de 2000. A medida tem sido cumprida pelo México, mas não por seu vizinho, o que levou o primeiro a solicitar um painel arbitral para resolver a questão. Em fevereiro de 2001, o painel deu razão ao México.

Os EUA alegam que as carretas mexicanas não atendem aos padrões de segurança locais. Este argumento foi rebatido na segunda-feira passada pelo jornal *The Washington Post*, que em um editorial comentou que os caminhões mexicanos registraram níveis de segurança iguais aos estadunidenses e que quase todos estavam satisfeitos com o programa “exceto os *Teamsters* (sindicato de caminhoneiros estadunidenses), para quem a guerra econômica, mais do que a segurança, tem sido sempre o mais importante”.

A recusa estadunidense em cumprir os seus compromissos estabelecidos no NAFTA projeta forte impacto sobre as importações mexicanas, uma vez que quase 70% das mercadorias exportadas ao seu principal parceiro comercial, os EUA, são transportadas via carretas.

Na lista estabelecida pelo México, foram excluídos produtos como milho, feijão, arroz, trigo e carne, dos quais os EUA são um fornecedor importante. Beatriz Leycegui Gardoqui, Subsecretária de Negociações Comerciais da Secretaria de Economia do México, advertiu que as represálias estender-se-ão a outras mercadorias se o governo de Barack Obama persistir no descumprimento dos termos do NAFTA.

Reações

As represálias impostas pelo México têm sido avaliadas pelo setor mais afetado do país, representado pela Câmara Nacional de Transporte de Carga. Seu presidente, Jorge Cárdenas Romo, exigiu ao governo mexicano a suspensão da entrada de transportadores estadunidenses.

Logo após o cancelamento do Projeto por parte dos EUA, Debbir Melsoh, porta-voz do Representante Comercial estadunidense (USTR,

sigla em inglês), comentou que o Presidente Obama pediu ao escritório que trabalhasse em conjunto com o Departamento de Transportes, o Departamento de Estado, o Congresso e as autoridades mexicanas para criar “um novo projeto que atenda às preocupações legítimas” do Congresso e os compromissos dos EUA perante o NAFTA. O projeto, segundo a Administração Federal de Segurança do Transporte Motorizado, seria muito similar ao cancelado recentemente.

Obama visitará o México nos dias 16 e 17 de abril para dialogar com o Presidente Felipe Calderón sobre as questões do narcotráfico e da reforma migratória. Fontes consultadas indicam que a administração de Obama espera resolver a desavença comercial entre os dois países antes de sua viagem ao México.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 6, No. 5, 24 mar. 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

24 de março

Reunião do Conselho de Comércio de Mercadorias

25 e 27 de março

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

25 de março

Reunião do Sub-comitê sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo

30 de março

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

Reunião do Grupo de Trabalho sobre as Regras do GATS

31 de março

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças

Reunião do Comitê sobre Comércio de Serviços Financeiros

2 de março

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento – Ajuda para o Comércio (*Aid for Trade*)

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

27 de março

36ª Sessão Executiva da Mesa de Comércio e Desenvolvimento

3 de abril

Curso sobre as questões essenciais da crise internacional – Crise Financeira: causas, conseqüências e as possíveis formas de superá-la

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>

23 a 27 de março

57ª Reunião do Comitê Técnico N° 2 "Assuntos Aduaneiros"
Assunção, Paraguai

26 a 27 de março

75ª Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum

Assunção, Paraguai

30 de março a 3 de abril

20ª Reunião do Grupo *Ad Hoc* para a Redação do Código Aduaneiro do Mercosul
Assunção, Paraguai

31 de março a 1º de abril

9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Comércio
Assunção, Paraguai

Cepal

Local: Santiago, Chile

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

23 de março

Reunião dos Membros do Estudo Regional para a Economia das Alterações Climáticas na América do Sul

7 de abril

Estudos de Transmissão de Preços e Integração de Mercados de Produtos Agrícolas e Alimentos

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

24 a 26 de março

Conferência sobre o Sistema Bancário e Financeiro Europeu
Praga, República Tcheca

26 a 27 de março

Mesa redonda sobre o Impacto da Crise Global sobre Pequenas e Médias Empresas e o Espírito Empreendedor e as Respostas Políticas
Torino, Itália

27 a 31 de março

Encontro Anual da Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Companhia Interamericana de Investimento
Medelín, Colômbia.

30 de março

Conferência sobre a Crise Global, Respostas Regionais e as políticas regionais da OCDE

30 a 31 de março

Simpósio sobre o Futuro da Agricultura e do Setor da Alimentação em um Mundo cada vez mais Globalizado

1º de abril

Conferências para o lançamento da Assistência Oficial para o Desenvolvimento 2009
Londres, Reino Unido

2 de abril

Encontro do G20 sobre a Crise Econômica
Londres, Reino Unido

Informações Úteis

Ampliação das barreiras comerciais na Argentina

No cenário de contínua retração do comércio entre Brasil e Argentina, o Diário Oficial deste último publicou, no último dia 6, a resolução 61 do Ministério de Produção, a qual prevê a inclusão de 58 novas posições tarifárias no regime de licenciamento não-automático. A medida será implementada caso os representantes do setor privado dos dois países não entrem em um acordo definitivo. O próximo encontro de empresários brasileiros e argentinos realizar-se-á nos dias 7 e 8 de abril. Para maiores informações:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=557489>

<<http://www.abeceb.com/noticia.php?idNoticia=116056>>.

Seminário de Direito Ambiental

A Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Botucatu, organiza o Simpósio sobre Meio-ambiente e Direito Ambiental. O evento, que ocorrerá entre os dias 6 e 8 de abril, contará com especialistas do Banco Mundial e da própria UNESP. Um dos principais temas a serem debatidos é o desafio em combinar desenvolvimento social e econômico com

proteção e conservação ambiental. O seminário será realizado no Auditório Prof. Paulo Rodolfo Leopoldo, na Fazenda Experimental Lageado, que tem capacidade para 300 pessoas. Para mais informações, ver: <www.fca.unesp.br>.

Programa de pesquisador visitante da Universidade d'Auvergne

A Universidade d'Auvergne (França) abriu vagas para jovens pesquisadores em pós-doutorado nas áreas de Direito e Ciência Política, Economia e Gestão. As bolsas totalizam € 23.497,20 para o período de permanência máximo, equivalente a 12 meses. O prazo para envio de candidaturas estende-se até 31 de março. Para mais informações, ver: <<http://www.uclermont1.fr/appel-d-offressrv.html>>.

Fullbright: programa oferece bolsa nos EUA a professores ou pesquisadores

A *Fullbright* abriu inscrições para a concessão de até vinte bolsas nos EUA a professores ou pesquisadores brasileiros. As bolsas possuem valor mensal de US\$ 3.000 e são concedidas por um período de até quatro meses. Além disso, os beneficiários recebem auxílio instalação (US\$ 3.000), seguro saúde, e passagem aérea de ida e volta. A data limite de envio de candidaturas é 31 de março de 2009. Para mais informações, acessar: <<http://www.fulbright.org.br/bolsas14>>; ou enviar e-mail para <rejaniam@fulbright.org.br>.

Fundação Ford abre seleção na área de direitos humanos e cidadania

A Fundação Ford abriu inscrições para o processo seletivo para o cargo de oficial de programas na área de Direitos Humanos e Cidadania no Chile. Os candidatos devem apresentar formação em Ciências Sociais ou Direito, experiência na área de direitos humanos, conhecimentos sobre a sociedade, cultura e história latino-americana, inglês e espanhol fluentes habilidade estratégica e analítica. Os interessados devem enviar currículo e carta de apresentação até 31 de março, para 320 East 43 Street, New York, NY, 10017-4890, a/c Sheila Gordon.

Chamada de trabalhos para conferência sobre crise financeira

Está aberta a chamada de trabalhos para a Conferência “Integração global de mercados e crise financeira”, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de julho, em Hong Kong, sob organização da “International Review of Finance”, em conjunto com o Centro sobre Mercados Financeiros Asiáticos, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong e a Faculdade de Administração Cheung Kong. No evento, serão abordados temas como sistema bancário e mercado de créditos; regulação de mercado financeiro; e transparência e liquidez de mercado. Os autores dos trabalhos selecionados estarão isentos de despesas com acomodação e passagem. As inscrições devem ser feitas até 1º de abril de 2009 por meio do site <<http://mc.manuscriptcentral.com/irfi>>. Para mais informações, ver: <www.blackwellpublishing.com/irfi>.

BID lança convocatória de trabalhos sobre comércio, disparidades e desenvolvimento

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou chamada de trabalhos para o Seminário “Comércio, Disparidades Regionais e Desenvolvimento: o desafio de integrar países e regiões”, que ocorrerá em agosto de 2009 (local e data por confirmar). Sob organização do Setor de Integração e Comércio e do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe, o seminário tem por objetivo contribuir para a redução da lacuna entre a pesquisa e a realidade em matéria de comércio e desenvolvimento. Os trabalhos devem ser enviados até 29 de maio. Para mais informações, ver: <http://www.iadb.org/intal/e_REDINT_CALL_2009.pdf>.